



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 111ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024

Em 27 de maio de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Fernando Baliani da Silva, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Elisa Borges Moreira, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Barbara Queiroz Abras Franco, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Cristiano Monteiro Parreiras, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Fernando Baliani da Silva declarou aberta a 111ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Senhor presidente, eu vou procurar não tomar muito tempo de vocês, mas preciso me manifestar. São quatro pontos que eu gostaria de colocar. Primeiro, eu queria agradecer todo o corpo técnico, porque realmente a qualidade dos relatórios que estão sendo feitos, são muito bons. Segundo, eu queria agradecer pelas empresas, inclusive, em particular, a Vale, que tem feito a gentileza de nos procurar para apresentar os projetos, de forma detalhada, para que possamos ter uma compreensão mais ampla de cada projeto específico. E, terceiro, eu queria compartilhar com vocês algumas experiências. Eu vou tentar ser o mais rápido possível. Num passado não muito distante, eu estive em uma reunião de conselho, com toda a diretoria de uma grande empresa de mineração no Brasil, e, junto com a liderança do corpo diplomático de um país importante, nós fomos para essa reunião. Eu fiquei muito assustado nessa reunião, porque o projeto deles tinha tido um atraso de 3 ou 4 anos, antes do primeiro embarque. Eu escrevi uma carta para a liderança desse corpo diplomático dizendo ‘olha, será que os acionistas sabem o que está acontecendo, porque o projeto já morreu?’ As pessoas não se dão conta de que um atraso de três anos em um projeto, os três primeiros anos de qualquer projeto significam 70% do VPL de qualquer empreitada. E cinco anos de atraso significam 90% do PPL, o que inviabiliza econômico e financeiramente o projeto. Portanto, pelo menos da minha parte, há um entendimento muito claro da importância econômica, da importância social da implementação dos projetos de mineração no Brasil, em particular, em Minas Gerais. Então isso é muito claro. O outro ponto que eu queria comentar com vocês é o seguinte. Eu estou contextualizando para chegar ao ponto em que preciso chegar. Em me lembro de um projeto que eu trabalhei durante muitos anos, eu fui responsável por levantar financiamento para grandes projetos de infraestrutura, inclusive, alguns levantei, conduzi, pelo menos da parte da instituição que eu representava, as negociações em valores acima de alguns bilhões de dólares de financiamento para projetos. E eu me lembro que um deles... Aliás a reunião de conselho aconteceu às 3h da manhã, o mundo executivo é bastante demandante. E nós como executivos havíamos estudado o projeto durante um ano e meio, utilizamos as melhores técnicas de engenharia e de finanças para o desenvolvimento desse projeto, e nesse caso teríamos que entrar, a concorrência exigia o valor da tarifa mínima. Nós calculamos tudo corretamente, enfim, os acionistas da empresa decidiram um valor diferente daquele que havíamos definido tecnicamente. E nós imaginamos, na época, ‘puxa vida, mas nós estamos aqui estudando a um ano e

meio com os melhores conhecimentos técnicos e financeiros e agora chega alguém de cima e fala que 'não, o valor é outro'? E foi sorte que isso aconteceu, porque, se tivéssemos entrado com os valores e toda a técnica que tínhamos utilizado, de forma correta, o projeto teria se inviabilizado. Qual que é a moral da história aqui? É porque, às vezes, quando estamos conduzindo desenvolvimento de projeto – o projeto que não existia ninguém de má-fé nesse caso –, quando estamos desenvolvendo projeto, muitas vezes, acabamos sendo otimistas com relação aos resultados do projeto, porque queremos tanto ganhar o projeto, queremos tanto desenvolver o projeto que, às vezes, ficamos excessivamente otimistas. Então esse é o terceiro ponto. O quarto ponto, voltando à questão do financiamento, eu lidei muitos anos com organismos multilaterais, Banco Mundial, através do IFC, o BID e também o BNDES, e nessa questão da engenharia, sempre – eu não tenho nenhuma exceção – os organismos multilaterais nos pediam, para poder viabilizar o projeto e viabilizar o financiamento, eles falaram 'olha, tudo bem, você está aqui com o projeto, está aqui com seu fluxo de caixa, está aqui com a sua engenharia, mas o que eu preciso para poder dar o dinheiro é que vocês contratem uma consultoria internacional'. Não tem exceção do que eu estou falando para vocês, foi em todos os casos. Uma consultoria ou duas consultorias internacionais, que vão verificar se esse projeto de engenharia, se essas técnicas que vocês estão utilizando são corretas. Senão não tem financiamento, senão não tem projeto. E eles escolhiam quem seriam essas instituições de consultoria que dariam esse, entre aspas, aval para poder fazer isso. Isso resolve o problema deles? Não, porque já aconteceu comigo, inclusive, que eu interpretei assim – eu posso estar equivocado –, numa reunião em Hong Kong, quando eu fui para desenvolver um projeto na China, e o Banco Mundial enviou um consultor de uma grande empresa de engenharia francesa, que, por questões éticas, eu não vou mencionar. E eu posso ter entendido equivocadamente, mas, basicamente, apesar de todo esse cuidado, o consultor fez a seguinte pergunta para mim, se eu não entendi de forma errada, mas de qualquer maneira eu simplesmente pulei essa etapa: quanto que era o resultado que eu queria que desse. Basicamente isso. Então nem isso resolve o problema, mas atenua. Agora que eu já contextualize eu vou, finalmente, para o ponto que eu preciso chegar: isso para mim é uma questão de governança e compliance; para as empresas envolvidas isso também é uma questão de governança e compliance; para este Conselho; é uma segurança para todas as partes envolvidas. Eu entendo que em alguns casos, em particular nessa questão que foi discutida longamente, a questão do empilhamento, que é uma nova tecnologia em substituição em função do descomissionamento das barragens, por melhor que sejam as técnicas utilizadas... E não tenho a menor dúvida de que todos os envolvidos estão empenhando seus melhores esforços para que isso seja feito da melhor forma possível, mas eu entendo que deveria ser um padrão para todos os projetos que envolvam esse tipo de desafio que as empresas, além do relatório, porque é muito bem-feito, de sugestão das licenças ambientais, que seja pedido para essas empresas que elas apresentem... E essas empresas podem, por exemplo, pedir ou para o Banco Mundial ou para o BID, para quem acharem que é mais adequado, a indicação de uma empresa de engenharia que, por exemplo, no caso do empilhamento, dê um aval. Uma ou duas, dizendo 'olha, realmente, isso aqui está sendo feito com as técnicas adequadas'. Um exemplo que a questão da compactação não está tendo um descasamento com relação a produção. Porque uma das preocupações que se têm, dependendo da velocidade da produção, o rejeito vai chegando antes que você consiga compactar as coisas da forma devida. Então eu entendo que para a segurança de todos, a começar pela própria empresa, e para este próprio Conselho, que passe a ser um padrão para esse tipo de projeto que foi discutido, inclusive na reunião anterior, que a empresa apresente um relatório de uma consultoria internacional aprovando que todos os cuidados técnicos e todas as melhores práticas estão sendo utilizados. E que esses relatórios sejam renovados para o Conselho, que isso faça parte, inclusive, do próprio relatório, um pedido dos relatórios que são apresentados pelo governo de Minas Gerais, pelo licenciamento, que todo ano elas têm que renovar esses pareceres por parte de instituições internacionais, com credibilidade internacional. Enfim, resumindo, para mim, isso é uma questão essencial, é uma questão de compliance, de governança, não só para este Conselho, mas também para a própria empresa. Algumas empresas não têm mais margem para errar. Inclusive, isso é uma proteção para os próprios executivos que estão envolvidos. E eu particularmente entendo que, antes de ter um parecer dessa natureza, eu particularmente me sinto impedido. Eu não quero atrasar nenhum projeto, já falei, porque atrasa o projeto, você destrói o projeto, mas eu me sinto impedido para poder, em alguns casos, votar até que esse tipo de requerimento adicional possa ser – se vocês acharem que é relevante – enviado pelas empresas. Basicamente, é isso. Peço desculpa, eu me estendi muito longamente, mas é porque eu acho que esse assunto é extremamente importante, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, também do ponto de vista humano e financeiro. Então basicamente é isso. Peço desculpa porque me alonguei muito. Muito obrigado." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro José Antônio. Após ouvir a manifestação do senhor, eu oriento para que officie a Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, com a sua proposta, as suas ideias, indagações, para que possamos avaliar internamente. Até porque para poder tornar uma obrigação nós precisaremos discutir uma norma, para que possa vincular essa ação aos projetos, aos empreendedores. Não vejo outra forma senão passar por um crivo de um ato normativo. Não sei se do COPAM ou não sei se interno mesmo da FEAM. Mas o fato é que deverá ser analisado, passado pela nossa procuradoria e, caso entendamos ser algo pertinente, necessário, submeter a uma produção de um ato normativo para que crie e estabeleça as regras de se exigir tal obrigação. Mas agradeço a manifestação e só peço então para que officie a Presidência da FEAM com os seus considerandos." Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: "Só um último comentário, isso é uma questão que eu considero essencial no contexto de governança e compliance,

inclusive compliance ambiental, e isso eu reforço, inclusive, para a segurança deste próprio Conselho e da própria empresa. Só isso que eu gostaria de reafirmar.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro. O conselheiro Fernando Benício também solicitou a palavra. Pois não, conselheiro.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, demais conselheiros desta Câmara. Eu queria parabenizar as palavras do nosso nobre colega José Antônio. Eu também como conselheiro da Câmara Normativa acho que todo o processo de sugestões viáveis, técnicas, para aprimoramento do processo de licenciamento é sempre muito bem-vindo. Principalmente, no momento de mudanças climáticas tão importantes, nós temos que realmente nos preocuparmos em mudar as normas. No entanto, com a mesma agilidade, principalmente, que as mudanças climáticas vêm acontecendo. No entanto, eu gostaria de reforçar no intuito de privilegiar as nossas consultorias. As consultorias brasileiras têm um alto padrão, um alto nível, capaz de atender perfeitamente essa demanda. Acho que não é nada excepcional. É claro que ao nível financeiro, como o José Antônio destacou, para financiamento, talvez seja interessante. Mas eu queria reforçar a importância das nossas consultorias. Eu venho conhecendo algumas, é claro, que precisam, inclusive, de ser, pelo Estado, normatizadas, ter uma fiscalização, porque muitas vezes deixam o empreendedor na mão, com técnicas bem aquém da qualidade de que nós precisamos e merecemos no Estado. Mas a grande maioria das consultorias que eu venho acompanhando o trabalho têm feito e podem fazer, com certeza, essa função. Eu queria aproveitar a oportunidade, senhor presidente, também não me alongando muito, parabenizar a Dom Helder por apoiar e sediar, nesses últimos dois dias passados, o II Congresso de Direito Ambiental, que eu tive a honra de poder participar, de alto nível. E reforça mais uma vez essa importância de atentarmos às mudanças tão necessárias para acompanharmos as mudanças climáticas. Eu queria também aproveitar o ensejo para fazer aqui uma manifestação de repúdio às informações equivocadas que estão sendo passadas em alguns processos por parte de algumas entidades do terceiro setor. Isso é muito sério, a nossa população não precisa receber informações equivocadas, informações que não condizem com a verdade nos processos, para simplesmente uma mobilização social a favor ou contra. Eu acho que a nossa população merece todo respeito em receber as informações coerentes, seja da Vale, seja do processo de quem quer que for. E o terceiro setor também precisa mudar junto com as mudanças que são exigidas da nossa sociedade neste momento tão sério. Eu tenho certeza que este Conselho, assim como toda a equipe técnica dos órgãos de licenciamento, de análise dos processos, faz o seu melhor trabalho. Talvez daqui a 30 anos sejamos criticados por não ter usado tal tecnologia que ainda nós não temos acesso, mas neste momento eu reforço que este Conselho tem toda a capacidade técnica – eu me sinto honrado de estar aqui junto aos senhores – para analisar e fazer o melhor papel possível. Muito obrigado.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro Fernando Benício. Nós temos aqui também, não sei se o conselheiro João Hilário em algum momento manifestou o sinal da mãozinha, eu não sei se o conselheiro João Hilário gostaria de fazer uso da palavra. Pois não, conselheiro.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Bom dia. Só para lembrar, eu estava a postos desde 10 para as 9h e não conseguia entrar na reunião. Então eu queria confirmar o registro da minha presença pela Assemg. E ao Zé Antônio, da Dom Helder, se me permite, eu concordo e reforço praticamente quase tudo que foi colocado por você e extremamente importante, principalmente o atraso nos grandes projetos, nos investimentos, que é o que o Estado e nós precisamos atualmente, bons investimentos em bons projetos. E às vezes os bons pagam pelos maus, e têm havido realmente atrasos lamentáveis e prejudiciais à indústria mineral devido a isso. Porque, obviamente, sem repetir, mas reforçando o que foi dito, nós estamos capacitados a fazer esse tipo de trabalho. Inclusive, a engenharia mineira e nacional trabalha nessa área praticamente nos mesmos níveis da engenharia internacional, o que não impede de trazermos especialistas de fora, até trocar informações, refinar o que está sendo feito, reduzir os riscos e dar uma credibilidade e uma abertura necessária até para os investidores estrangeiros. Não temos nada a esconder, pode ser verificado, e com certeza o atual status da nossa engenharia está muito bom. Mas nada impede, Zé Antônio, isso tem sido feito e deverá continuar até para mostrar transparência e segurança. E esses assuntos, quando necessário, voltaremos a eles na sequência das reuniões, sempre que necessário. Mas não poderia de deixar de concordar com quase 100% do que foi dito anteriormente e manifestar o nosso apoio. Seria isso, senhor presidente.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro. Eu tenho aqui a solicitação agora pelo conselheiro Thiago, da Ciemg, e depois o conselheiro José Antônio pediu novamente a palavra. Mas eu vou franquear a palavra ao conselheiro Thiago. Pois não, conselheiro.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Bom dia a todos, bom dia, presidente. Eu ouvi atentamente as colocações que me antecederam e, de fato, o atraso num processo de licenciamento ambiental tem um impacto significativo para as indústrias, no caso aqui, para a mineração. Muito do que o José Antônio falou, de fato, eu também concordo em relação a esse atraso. No entanto, presidente, me preocupa o fato dessa sugestão – e aí é o único ponto de que eu discordo – de uma consultoria internacional avaliar os projetos. E ainda muito na linha do que o João Hilário mencionou nós temos no Estado de Minas Gerais, no Brasil como um todo, consultorias extremamente capacitadas para poder elaborar os estudos ambientais e muitos desses estudos ambientais analisados aqui pelos conselheiros desta Câmara. Mas eu queria complementar também que, além dos estudos ambientais, além da nossa engenharia de qualidade no Estado de Minas Gerais e no restante do Brasil, tem o Crea para poder fiscalizar isso também, com fundamento nas próprias ARTs. Então há confiança na ART do técnico. Mas também temos os órgãos públicos competentes para análise desses processos. Aqui nesta Câmara, por exemplo, nós não votamos nenhum processo sem a avaliação do órgão ambiental, a avaliação da FEAM. E por sinal uma avaliação muito bem-feita e muito qualificada. E além, obviamente,

da FEAM na análise técnica dos processos, temos outros órgãos públicos que atuam nos processos. Podemos citar a própria Agência Nacional de Mineração, que precisa também avaliar tecnicamente muitos dos pontos colocados nos processos de licenciamento, a manifestação deles, o alvará de pesquisa, no caso, ou a portaria de lavra, dentro do processo, para que um empreendimento possa operar. Fora isso, temos uma manifestação das próprias prefeituras, dentro dos processos de licenciamento ambiental, com a declaração de conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Então nós temos diversos órgãos públicos atuando dentro dos processos de licenciamento, além da própria ART e das consultorias que fazem esse trabalho. Então nesse ponto eu vou discordar da proposta do José Antônio, até corroborando com o que o Fernando Benício disse também e que me antecedeu. E também deixar os parabéns à Dom Helder pela realização do Congresso de Direito Ambiental da OAB. Eu tive prazer de estar lá também, de ser convidado. Foi muito bom. Obrigado, presidente.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro Thiago. Eu vou ceder a palavra ao conselheiro José Antônio, pela Dom Helder. Pois não, conselheiro.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Eu queria dizer que talvez nós estejamos mais próximos, Thiago e Dr. João Hilário, porque quando eu mencionei consultoria internacional eu talvez tenha pensado sobre a perspectiva dos organismos multilaterais, mas isso, na verdade, o termo mais correto seria consultorias com reputação internacional. Então podem, perfeitamente, ser consultorias brasileiras. Eu sou engenheiro, sou formado aqui pela UFMG, tenho muito orgulho disso, e, sim, temos na engenharia no Brasil uma capacidade muito grande, infelizmente, desvalorizada durante muito tempo no nosso país. Mas a nossa engenharia, em alguns setores, já chegou a ser a melhor engenharia do mundo. Na parte de engenharia civil, com certeza, e inclusive na parte de construção de barragens. Então na verdade o meu comentário não é que tem que ser necessariamente uma empresa estrangeira. Absolutamente. Mas uma coisa é certa, que, para obter financiamento, se esse financiamento, de alguma forma, para qualquer um desses projetos, for um financiamento que tem parte desse financiamento que vem a ser um financiamento internacional, é muito provável – para não dizer absolutamente certo – que os organismos que vão estar dando esse dinheiro vão pedir e vão escolher: eles podem escolher uma empresa estrangeira, podem escolher uma empresa brasileira. Nesse sentido, não há nenhuma distinção, desde que haja competência técnica. Então eu estou só esclarecendo, Dr. João Hilário e também Thiago, que não necessariamente precisa ser uma empresa estrangeira, mas eu entendo que é fundamental, sob o ponto de vista de governança e de compliance, inclusive para a segurança deste Conselho, que agentes externos preferencialmente... Porque uma das coisas que já aconteceram também, apenas compartilhando experiência, as empresas, ‘tudo bem, eu vou achar aqui um consultor de reputação internacional, pode ser brasileiro ou estrangeiro, nós achamos’. Agora o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento: ‘Não, não, não, quem vai indicar somos nós’. É só para vocês entenderem, eu estou compartilhando como é que funciona. Não mudou. Mas, reforçando, pode ser empresa brasileira, absolutamente, não tem problema nenhum, a questão é que seja reconhecida de uma forma como um todo, por todos, inclusive por este Conselho, como uma empresa de reputação ilibada e de grande competência técnica. Não tem problema nenhum, pode ser uma empresa brasileira.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro José Antônio. Mais alguma manifestação? Pois não, conselheiro Cícero, pela ANM.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Bom dia a todos os colegas. Eu acompanhei as considerações aqui e só queria acrescentar um ponto para ficar mais claro para os nossos ouvintes, principalmente aqueles que não têm muita familiaridade com termos usados. O encaminhamento dado foi correto para gerar discussão, através de um ofício do colega, vai gerar discussões internas no órgão ambiental, que provavelmente se desdobraram numa norma ou não. Se aceita, se desdobrará em uma norma, uma resolução, uma portaria, algo do tipo. E, para que o público que nos ouve entenda, o processo de construção de uma norma hoje é muito moderno, ele passa por uma análise de impacto regulatório, constitui-se, basicamente, em simular cenários, constitui-se em ouvir o setor privado, ouvir o setor público, todos os stakeholders. Então, numa eventualidade de essa sugestão do colega ser implementada como a regra, todo o setor da mineração, todas as pessoas poderão se manifestar e participar efetivamente da construção dessa possível norma, através da análise de impacto regulatório. Então é só essa a minha contribuição. Obrigado. Que tenhamos um dia profícuo e produtivo. E, por fim, bem-vinda a colega agora da Segov, que ela venha aqui compartilhar suas experiências e enriquecer o trabalho deste Conselho.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro Cícero, muito bem lembrado sobre o processo de produção de normas. Realmente, nós temos a avaliação de impacto regulatório, inclusive, para além do que foi mencionado, ela estabelece critérios a serem considerados futuramente para avaliar se, de fato, a proposta da norma atingiu seus objetivos naquilo em que ela se propõe. De fato, existe uma concepção bem moderna para que se possa propor, produzir e estabelecer normas que trazem obrigações e ações de fazerem...” Conselheiro José Antônio, pois não.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Só finalizar que, independente da criação da norma, uma das coisas que eu aconselhei as empresas com as quais eu conversei, que tiveram a gentileza de me procurar, é que as empresas não precisam esperar pela norma, até porque elas têm que financiar os projetos. Então elas podem, por iniciativa delas, para poder facilitar e agilizar a decisão deste Conselho, já trazem, já acrescentam, ‘olha, está aqui, além de tudo, já fizemos isso aqui, essa empresa é de reputação internacional, já deu um parecer técnico; nós estamos dispostos a fornecer isso todo ano’. Pronto, não precisa nem esperar por norma. Então, para que não haja nenhum atraso e para conforto da própria empresa e deste Conselho, a minha sugestão é que as empresas, de forma voluntária, já providenciem isso. Foi o que eu sugeri para as empresas com as quais eu conversei. Obrigado.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 110ª**

REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 110ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 26 de abril de 2024. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - "AMPLIAÇÃO". 6.1) CSN Mineração S/A. Pilhas de rejeito/estéril, minério de ferro. Congonhas/MG. PA/SLA/Nº 109/2022. ANMs: 832.997/2002; 043.306/1956; 006.763/1953; 833.057/2002; 830.512/1982; 004.384/1945; 003.664/1942. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retorno de vistas pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Cristiano Monteiro Parreiras, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); e Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg). Presidente Fernando Baliani da Silva: "Antes de prosseguirmos para os próximos itens da pauta, em observância ao nosso Regimento Interno, Deliberação Normativa do COPAM 247/2022 e também a Lei 14.184/2002, questiona às senhoras conselheiras e aos senhores conselheiros se para os itens subsequentes algum de vocês se considera impedido ou suspeito de manifestar o seu voto. Não vejo nenhuma manifestação. Eu gostaria também de informá-los que, como é praxe desta Câmara Técnica, o item 6 trata-se de um retorno de vistas, e eu farei uma inversão de pauta. Eu farei a leitura dos demais itens, até com a possibilidade de deliberação em bloco, se não houver destaque ou solicitação de vistas ou manifestações necessárias. E depois retornaremos ao item 6.1, que é o retorno de vistas... Retornando então ao item 6.1... Eu creio que seja um relato de vistas conjunto. Nós temos também aqui sete inscritos independentes, que serão oportunizados a fazerem a sua manifestação. E nós temos também a solicitação da palavra pela colega Mariana Pimenta, que trabalha na Diretoria de Gestão Regional. Eu vou ofertar a palavra à colega Mariana, entendendo que seja algo importante de ser manifestado antes do relato de vistas pelos conselheiros. Depois nós faremos a oportunidade do relato de vistas, oportunizaremos para que os inscritos se manifestem e depois devolveremos a palavra à equipe da DGR. Pois não, Mariana, bom dia." Mariana Antunes Pimenta/FEAM: "Bom dia. Obrigada, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros. Eu só queria fazer uma lembrança a todo mundo que, na última reunião, teve um destaque, uma pequena correção material. Essa correção não foi encaminhada ainda oficialmente, não tinha sido encaminhada oficialmente para a Assoc e por isso não foi disponibilizada com o parecer corrigido para esta reunião. No entanto, já constam na última ata essas adequações, e assim que tiver a votação do Parecer Único o parecer vai ser alterado conforme acontecer nesta reunião e encaminhado oficialmente. Então só lembrar que já teve esse destaque feito com uma correção. Obrigada." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, Mariana. E somente lembrar também que as correções de ordem material não influenciam no mérito da sugestão do parecer." Mariana Antunes Pimenta/FEAM: "Exatamente. Obrigada." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Por nada. Muito bem. Então eu vou franquear a palavra às senhoras e senhores conselheiros. Quem fará a manifestação do relato de vistas? Caso algum conselheiro queira pedir a palavra, fique à vontade." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Muito obrigado, senhor presidente. Só ressaltar duas questões. Primeiro, realmente, parabenizar a equipe técnica pelo trabalho, pelos relatos muito precisos, muito técnicos, de excelente nível. Dizer da importância de um relato desse conjunto que a Zeladoria do Planeta realizou com os pares aqui, nossos pares desta Câmara, no sentido de fazer um trabalho realmente de alto nível. Eu vou deixar, como foi um relato conjunto, para os nossos pares que fizeram o relato completo, para que não se estenda muito. Eu só queria fazer uma observação, que fizemos a análise minuciosa da nota técnica encaminhada por e-mail, que recebemos, parabenizar quem enviou, mas consideramos que todas as informações já constam, basicamente, do projeto apresentado pela empresa, que várias observações da nota técnica já constam nas condicionantes apresentadas pelo próprio órgão e as demais considerações dessa nota técnica são um pouco, vamos dizer, suposições que não podem ser levadas em conta devido às análises técnicas que fazemos nesta casa. Muito obrigado, senhor presidente." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro Fernando. Mais alguma manifestação?" Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: "Presidente, só manifestar. Foi um parecer conjunto, elaborado pela Zeladoria do Planeta, Ciemg e Sindiextra, e na avaliação que nós fizemos, que foi disponibilizada em tempo hábil, no prazo regimental, nós somos favoráveis à aprovação da licença nos termos do parecer da FEAM." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro. Nós temos aqui a palavra pelo conselheiro Cristiano, pelo Sindiextra. Pois não, conselheiro." Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: "Senhor presidente, também na esteira da fala do conselheiro Thiago, o parecer de vistas conjunto com a Zeladoria do Planeta é pela aprovação do Parecer Único." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro. Mais alguma manifestação?" Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Só fazer a observação de que também votamos pela aprovação do Parecer Único." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro. Não havendo novas manifestações por parte dos conselheiros, eu gostaria de dar início então aos inscritos para que exerçam o seu direito à manifestação. Nós temos aqui uma ordem de inscrições totalizando sete inscritos independentes pela sociedade civil. Eu farei o convite à primeira que me aparece aqui, que é a Sra. Amanda Antônia Dias Vartuli. Gostaria de confirmar se ela está já presente conosco. Solicito a gentileza de abrir o vídeo para sua manifestação. Muito obrigado. Eu gostaria, antes de franquear a palavra. Sra. Amanda, que, de acordo com nosso Regimento Interno, será concedido um tempo inicial de 5 minutos, podendo ser prorrogado por mais 1 minuto por esta Presidência. E caso haja**

necessidade de maior tempo poderá ser colocado em deliberação deste Conselho. Fique à vontade, a palavra é sua. Vamos iniciar a contagem do tempo.” Amanda Antônia Dias Vartuli: “Bom dia. Meu nome é Amanda, eu resido em Congonhas. Hoje eu entendo que essa solicitação que a empresa está fazendo para fazer o empilhamento a seco é condizente. Hoje nós sabemos que barragem representa muitos riscos, e o empilhamento a seco é uma alternativa que reduz os riscos, torna a mineração mais segura para a população e para o meio ambiente. E hoje a cidade se beneficia da atuação da CSN, que gera empregos, tanto diretos quanto indiretos. Então tem esse benefício da economia local. Então eu acredito que essa alternativa do empilhamento a seco é condizente. Encerrei, presidente. Obrigada.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sra. Amanda. Eu vou convidar a próxima inscrita, Sra. Jéssica Pereira Maia... Antes de franquear a palavra para sua manifestação, informá-la que será concedido o tempo inicial de 5 minutos, nos termos do nosso Regimento Interno, podendo ser prorrogado por mais 1 minuto por esta Presidência. Caso necessite de maior tempo, poderemos colocar em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer uso da sua palavra.” Jéssica Pereira Maia: “Bom dia. Eu sou a favor do empilhamento. Eu moro, literalmente, embaixo da barragem, no Residencial, e nós percebemos, os meus pais, por exemplo, quando houve o rompimento de Mariana, chegaram a sair de casa, ficaram uns dois meses fora e tudo, e pouco tempo depois começou o projeto de descaracterização da barragem, aonde em torno de uns dois meses fora meus pais retornaram, e teve alguns funcionários da CSN fazendo entrega de folder em casa para falar sobre o processo de descaracterização. Isso demonstrou muita transparência da empresa, aonde as dúvidas eram sanadas de imediato por alguns funcionários e tudo. E esse método eu creio que vai trazer muita empregabilidade para a cidade e tudo. E quando houve o fato desse empilhamento o meu pai tinha muito medo e procurou a casa de apoio que tem no bairro Residencial. Ele foi lá, tirou as dúvidas e tudo. Assim, é outra coisa, quem procurar saber mesmo sobre empilhamento vai ver que é um método 100% seguro, muito melhor do que barragem. Eu encerro minha palavra, senhor presidente. Bom dia.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sra. Jéssica. Eu vou convidar o próximo inscrito, Sr. Marcelo Augusto Bastos... Bom dia, Sr. Marcelo. Antes de franquear a palavra ao senhor, informá-lo que serão concedidos inicialmente 5 minutos, de acordo com o nosso Regimento Interno, podendo ser acrescentado mais 1 minuto por esta Presidência. Caso necessite de maior tempo, poderá ser colocado em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer uso da sua palavra, nós daremos início na contagem do prazo neste momento.” Marcelo Augusto Bastos: “Obrigado, presidente. Bom dia, senhores conselheiros. Meu nome é Marcelo Augusto Bastos, eu estou presidente do Conselho de Segurança de Congonhas, Conselho Comunitário de Segurança Pública, e a gente vem acompanhando a CSN desde 2016, quando houve aquele acidente, aquela tragédia de Mariana. E nós acompanhamos todo o trabalho que a CSN faz garantindo a segurança das barragens no trabalho deles aqui. Tem uma equipe muito especial, uma equipe muito competente, e nós entendemos, não só o Conselho, mas como uma grande parte da população, que precisamos dar jeito nesse material de rejeito. Antigamente, a preocupação era o que se fazer com esse rejeito. Hoje, busca-se recursos para aproveitar esse rejeito, e a CSN está fazendo isso. E pelo projeto deles apresentado nós entendemos também que é bastante seguro e que vai ser muito importante para o município, para os cidadãos em geral, principalmente a geração de emprego e renda. Então o Consep aprova, apoia e concorda com esse projeto da CSN com relação ao empilhamento de rejeito. No mais, é só isso mesmo. Eu queria agradecer a todos a oportunidade. E um bom dia.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Marcelo. Eu vou convidar a próxima inscrita. Só lembrando, eu não fiz esse comentário, mas as inscrições são registradas de acordo e na ordem cronológica em que os inscritos fazem. Então quem faz a inscrição primeiro tem a manifestação nessa ordem. Então nós estamos seguindo a ordem de inscrição. Próximo inscrito que vai fazer uso da sua palavra é a Sra. Liliane Andrade... Antes de franquear a palavra, só orientá-la que será concedido um tempo inicial de 5 minutos, podendo ser prorrogado por esta Presidência o adicional de 1 minuto. Caso necessite de maior tempo, poderá ser colocado em deliberação tempo adicional de 5 minutos. Fique à vontade para fazer uso da sua palavra.” Liliane Andrade: “Meu nome é Liliane, eu sou moradora da cidade de Congonhas desde quando nasci. Tem 34 anos que eu moro aqui. Eu vejo a implantação das pilhas aqui muito importante para o desenvolvimento da cidade e para a geração de empregos também da comunidade aqui regional. Atualmente, eu vejo Congonhas uma cidade praticamente mineradora, então todo mundo depende, de uma forma direta ou indiretamente, da mineração. Então eu sou a favor da implantação. Além disso, a implantação das pilhas traz uma tranquilidade maior em relação às barragens para a sociedade. Eu encerro minha palavra aqui.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sra. Liliane. Dando continuidade aos nossos inscritos, agora temos a inscrita Sra. Natália Carolina Reis Cordeiro Andrade... Sra. Natália, antes de franquear a palavra, só informá-la que será concedido um tempo regimental de 5 minutos, podendo ser prorrogado por esta Presidência.” Natália Carolina Reis Cordeiro Andrade: “Obrigada. Peço desculpa pelo transtorno. Eu resido, sou moradora aqui da cidade de Congonhas, sou nascida e criada aqui em Congonhas. Assim como toda a população congonghense, eu cresci ouvindo falar a respeito da mineração, a respeito da barragem Casa de Pedra. Congonhas é uma cidade rodeada por empresas, até mesmo do mesmo ramo de atividade da CSN. Então se fosse para estar aqui falando de alteamento de barragem, para aumentar sua capacidade, eu não estaria neste momento participando com os senhores. Grande parte da minha família mora ao redor da mineração. Eu tenho um tio que é PCD, então toda vez que tem um simulado de emergência ele participa, ele vai para o ponto de encontro, porque ele tem dificuldade em sua locomoção. Então eu compartilho da angústia e da preocupação da minha família e da sociedade também, da comunidade, de nós num todo como população. Eu sou a favor ao projeto, à ampliação da pilha, à descaracterização da barragem, porque

vai trazer mais tranquilidade tanto para minha família como para nós enquanto sociedade. Eu trabalhava em uma loja em Congonhas, então o que nós mais vimos são pessoas com uniforme das grandes empresas. A CSN gera muitos empregos diretos e indiretos. Com o pagamento, a arrecadação dos impostos, faz a economia girar, a economia da cidade tanto de Congonhas quanto da região. Então são muitos empregos diretos e indiretos. Se os microempreendedores da cidade também estão com as portas abertas é graça à mineração, à empregabilidade. Eu sou leiga no assunto, não é a minha área de formação, mas eu acredito que estejam engajando nesse projeto profissionais altamente capacitados. Então eu sou a favor à ampliação da pilha, eu sou a favor da descaracterização da barragem, porque isso vai trazer mais tranquilidade para os congonhenses. Eu agradeço a minha participação. Muito obrigada a todos e, obrigada, presidente por essa participação, por essa oportunidade de estar expressando a minha opinião.”

Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sra. Natália. Eu gostaria só de fazer uma correção. Inicialmente, eu informei que seriam sete manifestações. Nós identificamos aqui mais uma manifestação pela sociedade civil, então serão oito manifestações... Próximo inscrito, Sra. Joyce Kelly Ribeiro Sabará... Não está conosco na sala? A orientação é que possamos dar continuidade... Então passarei para o próximo inscrito, Sr. Sandoval de Souza Pinto Filho... Sr. Sandoval, antes de franquear a palavra, somente informá-lo que será concedido um tempo inicial de 5 minutos pelo nosso Regimento Interno, podendo ser prorrogado por mais 1 minuto. Caso demande de tempo adicional, poderemos colocar aqui em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer uso da sua palavra.”

Sandoval de Souza Pinto Filho: “Bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, assistência desta reunião da Câmara de Atividades Minerárias. Sandoval de Souza Pinto Filho, falando aqui de Congonhas pela União de Associações Comunitárias, Instituto Histórico e Geográfico e Academia de Ciências, Letras e Artes. A respeito do processo, eu gostaria de pautar, inicialmente, um grave fato prejudicial ao prosseguimento da votação desse processo na reunião de hoje. Eu enviei, durante a reunião, o print da tela da divulgação das reuniões da SEMAD, onde não constava a reunião de ordem 110. Então não havia a 110ª. Essa situação, a nosso modesto entender, constitui grave violação ao princípio da publicidade, ensejando imediata determinação de baixa em diligência por esta Presidência para que a SEMAD realize autotutela administrativa do processo. É muito simples, senhor presidente, perceber que não se trata de mero erro material. Como as reuniões estão sendo realizadas virtualmente desde 2020, a página da SEMAD é o único documento oficial destinado a divulgar as reuniões. Portanto, sem a divulgação da reunião anterior, a de ordem 110, da qual deriva o retorno de vistas que está sendo analisado aqui hoje, ficam seriamente prejudicados também os princípios da informação e da participação popular, obrigatórios no processo de licenciamento ambiental. Senhor presidente, o print da tela, do site, foi encaminhado durante esta reunião à assessoria, na pessoa da servidora Sabrina, que pode mostrar para o senhor exibir, caso queira, depois da minha fala. Então assim nós solicitamos a esta Presidência que, após o término da minha manifestação, seja informada qual será a providência a ser tomada em face desse vício processual que está sendo questionado. Sabe-se que o presente processo foi pautado por três vezes nos últimos meses, uma no dia 23 de março, sendo retirado da pauta por determinação da Diretoria de Assuntos Regionais; outra em 26 de abril, diga-se um dia antes de iniciar a terrível inundação do Rio Grande do Sul, na mencionada 110ª reunião desta Câmara, quando foi feito o pedido de vista; e pautado hoje, 27 de maio, quando temos o retorno de vista, sem a aba da reunião anterior no site da SEMAD, até o início desta reunião, até o transcorrer desta reunião. É importante informar ainda, senhor presidente, senhores conselheiros, que no dia 23 de março o processo foi retirado da pauta a pedido da Diretoria de Assuntos Regionais. Nós soubemos, pela Secretaria de Meio Ambiente de Congonhas, que a retirada se deu em razão de um ofício enviado pela Secretaria à Diretoria de Assuntos Regionais. Nós tivemos acesso ao citado ofício, porém não tivemos acesso à resposta do órgão estadual. Agora, já tratando do mérito das questões que aventamos na reunião passada e das questões que mais nos preocupam com relação a esse empreendimento, com todo respeito ao empreendedor, à sua equipe técnica, com todo respeito à equipe da SEMAD que avaliou o processo e abonou com parecer favorável à sua aprovação, com todo respeito às manifestações dos conterrâneos que me antecederam, nós do Fórum Permanente São Francisco, entidade da qual eu faço parte também, reiteramos integralmente as nossas falas na reunião anterior, onde eu me manifestei juntamente com os engenheiros Julio Grillo e Euler Cruz, parceiros que por motivos pessoais não puderam participar conosco hoje. Informo que há mais ou menos 15 dias o Fórum Permanente São Francisco encaminhou a todos os conselheiros desta Câmara um documento, denominado Nota Técnica 08, que detalha e expõe todos os nossos argumentos técnicos sobre o projeto em questão. Eu não vi ser citado aqui esse documento por nenhum dos conselheiros e não vi também o retorno de vista do primeiro conselheiro que solicitou, que foi o Sr. Heleno Maia. Registramos também que levamos a tramitação desse processo de licenciamento e a Nota Técnica 08, além de seus documentos anexos, ao conhecimento de órgãos como a Defesa Civil Municipal, Defesa Civil Estadual, Ministério Público Estadual, com o procedimento instaurado na Promotoria de Congonhas, e também à Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Congonhas, que nós esperávamos que se manifestasse aqui hoje, mas, infelizmente, o vereador informou que não vai poder participar, o vereador Vanderlei Ferreira. Pedimos a manifestação, mas, infelizmente, não vai acontecer. Os principais temas, que, resumindo, são três, da nota técnica e das nossas preocupações, o primeiro é a presença de severos riscos geológicos, presença, no projeto, de possibilidade de causar riscos geológicos e riscos hidrológicos, que podem ser, inclusive, agravados pelas mudanças climáticas. O assunto não foi avaliado no Parecer Único, conforme citado à página 10. Tem uma leitura da página 10 do Parecer Único, senhor presidente, o tempo encerrou, e eu gostaria que o senhor pedisse, por favor, a concessão de tempo

adicional.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Pois não, Sr. Sandoval. Só para registrar, além dos 5 minutos, eu já concedi 1 minuto adicional que caberia à minha pessoa concedê-lo. Eu vou pedir para que todos os conselheiros habilitem a suas câmeras, por gentileza.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, pela ordem.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Senhor conselheiro Fernando, qual seria o dispositivo que merece ordem?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, é para ressaltar que, logo no início desta reunião, a Zeladoria do Planeta expressou referente à questão da nota técnica que o Sr. Sandoval citou.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Perfeito, senhor conselheiro. Desculpe interrompê-lo, mas será debatido aqui após as manifestações. Eu vou pedir a compreensão para que a gente agora habilite as câmeras, os senhores conselheiros, que possamos colocar em deliberação os 5 minutos adicionais solicitados pelo Sr. Sandoval, para que termine a sua manifestação. Então eu vou colocar em votação. As conselheiras e os conselheiros que concordarem com o tempo adicional permaneçam como estão, por gentileza. Tempo concedido, Sr. Sandoval, mais 5 minutos para que o senhor possa usufruir da palavra.” Sandoval de Souza Pinto Filho: “Então, como falei, o projeto agrega riscos geológicos e riscos hidrológicos para a população, e o Parecer Único, conforme citado na página 10, menciona que os estudos relativos, especificamente, à engenharia geotécnica não foram avaliados ou aprovados pela equipe técnica responsável pelo processo. Sem dúvida, senhores conselheiros, bem na linha da fala do primeiro conselheiro, da Dom Helder, José Antônio, há previsível, prevista, avisada e esperada possibilidade de eventual escorregamento de pilha, de que um eventual escorregamento da pilha Fraile 3 e 4 possa vir a causar cheias catastróficas no rio Maranhão e inundações sem precedentes no município de Congonhas, possibilidade essa que já é oficialmente mapeada em paralelo para a barragem Casa de Pedra, vizinha do terreno onde se pretende expandir a pila Fraile. A questão é claramente tratada ao Plano Municipal de Segurança de Barragens de Congonhas, do qual eu peço licença para ler um trecho. Esse Plano de Segurança de Barragens versão 1.8 foi publicado em 2020 no ‘Diário Oficial de Congonhas’. Abre aspas: ‘Um evento na barragem Casa de Pedra poderia, além do impacto que se verificou no cenário de colapso, provocar um estancamento no rio Maranhão represando o mesmo e causando inundação de toda a área central, até que sua fluidez fosse normalizada, e levaria muitos dias, dependendo de uma série de fatores climáticos e condição do material acumulado.’ Página 62 do Plano Municipal de Segurança de Barragens. Que Deus nos proteja para que amanhã Congonhas não esteja em situação igual ou pior que a dos irmãos lá do Rio Grande do Sul. O segundo assunto é a real possibilidade da piora da qualidade do ar em Congonhas, que já é extremamente preocupante, em razão do desmatamento e empilhamento de rejeitos em grandes áreas próximas a chacreamentos e bairros. O Parecer Único expressa, em vários tópicos, a preocupação da própria equipe que impõe condicionantes para apresentação de projeto de aspersão fixa. Para se ter ideia, serão mais de 63 milhões de metros cúbicos na etapa 3 e mais de 13 milhões, quase 14 milhões de metros cúbicos, chegando perto do rio Maranhão e a 141 m de distância de um chacreamento, 432 do outro e 715 do Residencial Gualter Monteiro, que é o bairro que se encontra debaixo da barragem e que é objeto de ação civil pública do Ministério Público Estadual, desde 2019, para questões de creche, de escola que está fechada, essa coisa toda. O terceiro, e não menos importante, assunto apontado também ao Parecer Único é o baixo nível de informações fornecidas à população a respeito do projeto. O fato resultou em uma condicionante para a distribuição do boletim informativo à população, porém a posterior da eventual concessão da licença. Como fruto de uma reunião realizada no dia 22 de maio no gabinete do vereador Vanderlei Ferreira, com presença de representantes da CSN, foi sinalizado e informado que haverá o engajamento, porém, por força de lei, a informação no processo de licenciamento ambiental deve ser prévia. E o nosso entendimento é que esse processo deve ser baixado em diligência imediatamente, pelos motivos processuais, pelos motivos de baixa instrução, até que seja comprovado que os princípios do licenciamento ambiental estão sendo cumpridos, principalmente, da publicidade, da prevenção, da precaução, do desenvolvimento sustentável e da função socioambiental da propriedade. Esse é o nosso posicionamento enquanto Fórum Permanente São Francisco, e eu peço ao senhor presidente que se manifeste a respeito da questão processual, do vício processual que apontamos no início. Muito obrigado.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado. Sr. Sandoval. Eu vou pedir a manifestação da assessoria regimental para que esclareça alguns pontos importantes em relação às suas colocações, Sr. Sandoval, e depois eu vou tomar aqui uma decisão.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros e senhores inscritos. Sr. Sandoval, em relação à disponibilização do item da 110ª reunião, que foi do mês de maio, que não estava no site, informamos aos senhores que tivemos uma instabilidade momentânea hoje pela manhã no site da SEMAD, no site em que são disponibilizados os documentos. Entretanto, já foi solucionado. Outro ponto importante é que o material estava e está ainda disponível no site, na íntegra, o que não afeta nada na 111. A 111, não houve instabilidade, e sempre esteve disponível no site, desde sua convocação até o presente momento. Ela está disponível para todos terem acesso. Houve, sim, uma instabilidade no site, porém da 110, a reunião 110, o qual já está sanado, e não há nenhum problema em relação a ela; ela já está no site novamente disponível. Desde aproximadamente às 9h20, provavelmente, que foi o horário, que ela está disponível; que houve, sim, uma instabilidade pela manhã. Entretanto, mais uma vez, registrando, senhor presidente, que a reunião, a 110, só não estava disponível apenas na parte da manhã de hoje. Entretanto, nos dias anteriores, nós não tivemos nenhum problema, e ela estava devidamente disponibilizada. Quanto à 111, a reunião presente, em nenhum momento ocorreu essa instabilidade, os documentos ficaram disponíveis, na íntegra, desde o dia de sua convocação. Aproveitando a oportunidade, senhor presidente, pedir a transcrição, na íntegra, desta reunião,

por gentileza. E apenas registrando a questão jurídica, não há nenhum impedimento para que seja baixado em diligência o processo, considerando que todos os itens estão integrais e disponíveis no site da SEMAD. Obrigada.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Senhor presidente, só corroborando com o que a Jeiza falou, a documentação que está disponível referente a esse processo na 110ª reunião está *ipsis litteris* a 111ª reunião. E vale registrar também que até a manhã de hoje nós não recebemos nenhuma reclamação sobre a ausência do link da 110ª reunião no site. Então houve uma instabilidade momentânea, e, assim que detectada, já está estabilizado, e toda a documentação já está disponível no site. Muito obrigada. Boa reunião.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, pela equipe de apoio, pela assessoria regimental. Então não há diligência no que se refere ao princípio da publicidade, no que se refere à disponibilização dos documentos e acessos, conforme mencionado aqui pelo Sr. Sanvoval. Então em função dessa clareza que foi trazida aqui, na condição de presidente, não entendo necessário fazer a baixa em diligência para esse item, nessas condições. Estou pedindo para compartilhar a tela aqui aos senhores conselheiros, vou pedir para que faça uma sinalização com o mouse para demonstrar que, de fato, o link estava e está à disposição, com todos os requisitos de publicidade necessários e demandados pelo nosso Regimento Interno. E reconhecer que houve, sim, de fato, uma pequena instabilidade, mas que, no julgamento nosso, não afetou esse princípio da publicidade e transparência pelo órgão ambiental. Nós temos aqui a solicitação de palavra de dois conselheiros, mas temos mais um inscrito. Eu gostaria de oportunizar a fala do nosso último inscrito, para que ele possa fazer o uso da palavra, e depois retomamos o debate entre os conselheiros e a equipe técnica, a equipe da Diretoria de Gestão Regional. O próximo inscrito é o Sr. Davi Soares Castro, também pela sociedade civil. Eu vou pedir, gentilmente, que faça a habilitação do seu vídeo. Sr. Davi... Antes de franquear a palavra, somente orientá-lo, em observância ao Regimento, que será concedido um tempo inicial de 5 minutos, podendo ser prorrogado por mais 1 minuto por esta Presidência. Caso o senhor demande tempo adicional, poderemos colocar em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer o uso da sua palavra.” Davi Soares Coelho: “Bom dia, presidente. Bom dia a todos. Meu nome é Davi, eu também sou morador da cidade de Congonhas, moro num bairro chamado Dom Oscar, que fica ao lado, bem à frente da barragem. Eu tive oportunidade de participar da reunião anterior, na qual eu falei do meu ponto a favor dessa mudança do modo de tratar o rejeito e venho aqui para reiterar. Porque a barragem sempre foi uma preocupação para nós, falo como morador, depois do acidente em Brumadinho e também da tragédia em Mariana. E quando tivemos essa ciência de que a empresa foi ao bairro, fez o informativo, nós gostamos muito da ideia, porque traz uma segurança muito maior para nós. E eu fico – claro, respeitando a opinião dos outros que falaram – meio confuso porque sabemos que a barragem é um problema, e isso é nítido desde Mariana. Não que seja problema, mas uma coisa que deu um desastre natural. E a função nossa, como a empresa, tudo, ou seja lá o que for, nós como sociedade, é realmente buscar soluções para o problema, e está uma solução aí. Mas, se a solução não está boa, vamos fazer o quê? Vamos ficar no status quo, eu vou ficar morando ali, a barragem vai ficar ali a vida toda porque não pode fazer coisa diferente como sociedade, como tudo? Então é só um ponto a pensar sobre isso. Sei e reforço a ciência dos riscos que temos. Como qualquer empreendimento ambiental tem risco, esse também tem. Mas, de fato, eu acho que, ônus e bônus, é mais bônus para a sociedade. E levanto outro questionamento aqui: ok, não vamos alterar, pelos riscos geológicos e ambientais. Tem muita gente aqui, tem 3.000 pessoas, o que faremos com 3.000 pessoas? Pega essas 3.000 e multiplica por três, que são os empregos indiretos, uma média; 9.000 pessoas. O Estado vai conceder benefício para 9.000 pessoas empregadas? Como ficará a situação dessa cidade se a operação parar? Então são alguns questionamentos, como pessoa, como morador e como, principalmente, um impactado diretamente nesse empreendimento, que eu gostaria de deixar para os conselheiros e o presidente. Enfim, pensar a respeito, mas eu acredito que tem mais bônus do que ônus. E gostaria de terminar a minha palavra aqui e agradecer a todos o tempo concedido. Muito obrigado.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Davi. Encerramos então as manifestações dos inscritos independentes. Nós temos ainda inscrito somente se necessário, mas neste momento eu gostaria de devolver a palavra aos senhores conselheiros e depois gostaria de oportunizar a palavra aos colegas da Diretoria de Gestão Regional. Senhor conselheiro Cristiano, fique à vontade.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Senhor presidente, obrigado. O empreendedor é que me mandou uma mensagem, ele gostaria de manifestar também, por favor.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Qual é o nome do empreendedor? Para que possamos avaliar se ele está na relação de inscritos, por gentileza.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Denise Bernardes, pela CSN.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Está inscrita, se necessário? Em momento oportuno...” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Na realidade, só corrigindo, quem vai se manifestar é o Otto.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Está inscrito também? Tudo bem. No momento oportuno, nós vamos oportunizar. Conselheiro Sr. Fernando Benício, pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, muito obrigado. Eu queria primeiro reforçar a importância de essa ata ser registrada na sua integralidade para que possamos ter todas essas manifestações registradas. Dizer da alegria de poder ver a sociedade participando desta casa, dando as suas opiniões. A grande maioria favorável ao empreendimento. Isso é muito importante para nós conselheiros. Dizer da importância da participação de alguns notórios ambientalistas no COPAM, porque há algum tempo atrás não queriam mais participar. E a participação deles é muito bem-vinda e cresce o debate, acrescenta. Isso é muito importante. Sejam sempre muito bem-vindos. Eu fico muito feliz. Enquanto representantes da sociedade civil, membro desta casa, senhor presidente e demais conselheiros, eu gostaria de manifestar algumas considerações. O trabalho agora que a

Zeladoria do Planeta faz é de que realmente esses empreendimentos têm a responsabilidade de fazer visitas técnicas. Realizamos a visita técnica à CSN e gostaríamos de agradecer à empresa por nos receber, abrir acesso a todas as unidades da operação, a todas as áreas. Com relação à possibilidade, francamente aventada aqui, sobre assoreamento, contaminação dos cursos d'água, nós observamos durante a visita técnica, e é bom ressaltar, a nossa preocupação foi plena, anterior às manifestações aqui postadas, e a empresa então nos apresentou o projeto nos diques de contenção. E a nossa análise técnica com relação a essas estruturas é que os novos diques, que constam no projeto, darão plenamente a capacidade de absorver, caso aconteça algum deslizamento ou alguma chuva acima dos limites. Durante a visita técnica realizada, nós também indagamos a empresa sobre a possibilidade de uma recorrência hídrica acima do normal, que seja extraordinária, e os dados técnicos apresentados nós consideramos extremamente consolidados e que possam dar, conforme o parecer de vista em conjunto, a nossa tranquilidade de poder votar favorável ao empreendimento. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, senhor conselheiro. Questiono se há mais alguma manifestação pelos conselheiros. Não havendo, eu vou fazer então aqui o convite à inscrição, que nós tivemos aqui somente se necessário, do Sr. Otto Alexandre Levy Reis. Peço para que habilite a câmera, Sr. Otto, para que eu possa orientá-lo à sua manifestação. Peço para habilitar o áudio... Eu gostaria só de orientá-lo, antes de franquear a palavra. Pelo nosso Regimento Interno, será concedido ao senhor o tempo regimental de 5 minutos, podendo ser prorrogado, tempo adicional por mais 1 minuto, por esta Presidência. E caso o senhor demande tempo adicional, para além desses dois tempos, poderemos colocar em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer o uso da sua palavra.” Otto Alexandre Levy Reis/CSN Mineração S/A: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, senhores conselheiros. Brevemente. A CSN Mineração é uma empresa de 83 anos de existência, nós estamos orgulhosos de hoje estarmos gerando 10.000 empregos, sendo 6.000 empregos para a população de Congonhas, além dos impostos e das compras que nós, preferencialmente, fazemos na cidade e na região. Eu queria dizer, especificamente, sobre a questão das pilhas. A CSN, desde o final 2019, partiu para um empilhamento a seco, embora a lei naquele momento ainda não o exigisse. E que essa pilha que nós estamos pedindo o licenciamento é um passo importante para a descaracterização das estruturas ainda existentes, seja a barragem B4, seja a barragem Casa de Pedra. Então na verdade será uma evolução muito grande em termos de segurança para a sociedade, para a empresa, para o Estado. E só, brevemente, sobre essa dita nota técnica que foi entregue por um fórum de que eu não me lembro bem o nome, eu só gostaria de dar ciência aos conselheiros que nós chegamos a protocolar um ofício no Ministério Público pedindo esclarecimentos e já recebemos a resposta do Dr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, que é o coordenador do Caoma. Lerei aqui rapidamente: ‘Prezado Dr. Otto Levy, em resposta à sua comunicação, o Ministério Público de Minas Gerais informa que o estudo denominado ‘Diretrizes técnicas e socioambientais para projetos de pilhas de rejeitos de mineração’ não possui o caráter vinculativo, seu escopo é a promoção de um estudo geral sobre pilhas de rejeito de mineração, produzindo conhecimento técnico sobre o tema. Importante ponderar ainda que o documento final não foi discutido com os órgãos técnicos, os quais possuem autonomia para o exercício de suas atribuições dentro das normas vigentes. De outro lado, o estudo também não visou analisar de forma qualquer empreendimento concreto. Eventuais menções a empreendimento se deram a título meramente exemplificativo e sem a pretensão de apontar qualquer opinião, pois o estudo é geral e abstrato, não tendo ocorrida a análise profunda exauriente de qualquer caso específico. Finalmente, em consulta ao acervo do Caoma e da Coordenadoria de Mineração, não foi localizado qualquer procedimento investigativo a respeito do licenciamento ambiental da pilha da CSN, de modo que o estudo não pode ser tido como a posição deste Ministério Público sobre o empreendimento da CSN.’ Então eu acho que isso é importante de esclarecer para que comentários de má-fé não fiquem pairando para os senhores conselheiros. Eu acho que agora nós só gostaríamos de fazer mais uma pequena opinião técnica que foi levantada nessas discussões. Um instante...” Denise Bernardes Couto/CSN Mineração S/A: “Senhor presidente, bom dia a todos. Denise, pela CSN.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Eu vou convidá-la a fazer sua manifestação, a senhora está inscrita também, mas eu gostaria que o Sr. Otto informasse se ele já encerrou...” Otto Alexandre Levy Reis/CSN Mineração S/A: “Já encerrei, senhor presidente. Só porque tinha uma pessoa do meu lado aqui, vai falar sobre um aspecto técnico.” Denise Bernardes Couto/CSN Mineração S/A: “A manifestação agora dos presentes vai ser de cada um, os nossos técnicos estão devidamente inscritos para poder também falar e prestar os devidos esclarecimentos que foram citados. Por favor.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Só para que nós possamos manter uma ordem nas manifestações e em respeito aos participantes, para ter uma certa ordem, eu gostaria de que, ao encerrar o tempo e passar a palavra para outra que venha fazer manifestação, façamos o convite formal para o devido inscrito. Então o Sr. Otto encerrou a sua manifestação, agora a Sra. Denise pede o direito de manifestação; ela se inscreveu, eu vou até aqui confirmar. E questiono também se teremos mais inscritos que vão querer fazer uso da sua palavra.” Denise Bernardes Couto/CSN Mineração S/A: “Sim, teremos o Tadeu, que está inscrito, Henrile e Eduardo Sanches. São os três técnicos nossos da empresa que vão fazer a manifestação agora.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Então neste momento a Sra. Denise fará uso da sua palavra. Será a senhora, Denise?” Denise Bernardes Couto/CSN Mineração S/A: “Eu já fiz o uso da minha palavra, e agora vamos passar a palavra para os técnicos, para o Tadeu, para o Henrile e para o Eduardo Sanches. Obrigada.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Então eu vou pedir, Sr. Tadeu, antes que o senhor faça uso da sua palavra... Sr. Tadeu Antônio Torquato de Souza Júnior, o senhor terá 5 minutos regimentais para fazer uso da sua palavra, podendo ser prorrogados por mais 1 minuto por esta Presidência. Caso o senhor demande tempo adicional,

poderá ser colocado em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer o uso da sua palavra.” Tadeu Antônio Torquato de Souza Júnior/CSN Mineração S/A: “Obrigado, senhor presidente. Bom dia a todos os conselheiros. Eu vim aqui da parte técnica para estar comentando sobre os projetos que foram desenvolvidos para esse empilhamento. Nós aqui, como um time técnico formado – eu sou formado em engenharia civil, tenho mestrado, estou terminando doutorado em empilhamento –, prezamos muito pela sustentabilidade e a segurança dos projetos que são desenvolvidos. Então durante todos os estudos que foram feitos, através de sondagens, ensaios, tivemos quase 1.000 m perfurados de sondagens dentro desse empilhamento para fazer esses estudos; mais de 30 ensaios de laboratórios tanto na geologia natural quanto no rejeito, até fazendo avaliações para altas tensões em relação ao confinamento que o rejeito possa ter. Nós fazemos todo um estudo muito técnico embasado em relação a isso. Pegamos as normativas nacionais, as normativas que estão em revisões, avaliamos as normativas internacionais e fizemos uma avaliação para os cenários mais críticos existentes, tanto levando em consideração o que nós temos com as pilhas e fomos conservadores ainda avaliando os cenários mais críticos de fator de segurança, como se fosse barragem. A pilha, dentro do cenário, é muito diferente de barragem. A nossa pilha, 100% dela, é compactada, não existe algum zoneamento, alguma outra coisa do tipo. Nossa pilha é toda controlada em relação a isso. Dentro dos ensaios que nós fizemos e levando tudo isso em consideração, nós conseguimos comprovar que, mesmo para altas tensões, a nossa pilha não é suscetível a liquefação, o comportamento do rejeito lá empilhado é um comportamento denso do material, e aonde não tem essa suscetibilidade à liquefação da pilha. Então, mesmo nos cenários mais restritos, a estrutura que foi ali projetada e compartilhada com os senhores é, sim, estável, segura e sustentável para todo o processo de empilhamento do material. Eu acho que é isso que eu queria falar, senhor presidente. Muito obrigado.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Tadeu. Eu convidarei então aqui à próxima manifestação, que me consta aqui, o Sr. Henrile Pinheiro Meireles. Sr. Henrile, o senhor terá 5 minutos, de acordo com o nosso Regimento Interno, podendo ser prorrogados por mais 1 minuto desta Presidência. Caso necessite de tempo adicional, poderá ser colocado em deliberação neste Conselho. Fique à vontade para fazer o uso da sua palavra.” Henrile Pinheiro Meireles/CSN Mineração S/A: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros. É com prazer que venho aqui expor o ponto de vista da empresa. Tenho o grato privilégio de, como geólogo por formação, trabalhar no Quadrilátero Ferrífero e conhecer muito bem a geologia no contorno. Assim como às vezes me sinto até ofendido em ouvir algumas coisas que não são condizentes com a realidade, como dizer que um terreno granítico onde está alojado o projeto das pilhas tem risco geológico. Então isso é uma certa ignorância técnica, mas o papel nosso é esclarecer que isso não existe e que as pilhas estão firmadas em processos de pesquisas de substrato, onde tem uma identificação muito clara sobre a geologia. Esse risco inexistente, comprovado por modelo geológico, pesquisa geológica. E esse ponto é inexistente. Desculpe, não ofendendo ninguém, mas é uma falácia técnica que não é condizente com o processo e o ambiente em que nos encontramos. Com relação à engenharia, um fato que vem se denegrindo ao longo do tempo em Minas Gerais é o aporte a ignorar o potencial que Minas Gerais sempre teve com a engenharia, sempre foi uma referência nacional e mundial com relação à engenharia. Eu me lembro muito bem que o calculista do balanço da ponte Rio-Niterói fez isso em régua de cálculo. Na época, não existia nem computador. E está aí uma ponte totalmente estável, totalmente aceitável e referência mundial de engenharia. As maiores barragens do Brasil saíram da engenharia mineira, e hoje nós condenamos a engenharia mineira, onde temos que dar o devido valor ao que nós temos. E o caso dessas pilhas é um exemplo simples do que é esmerar sobre a engenharia. Estamos desenvolvendo um processo de controle extremamente rígido, esmerando ao máximo o controle com camadas de 30 em 30 cm, onde é feito nível a nível, e, caso não tenha liberação com os devidos aplicativos do controle de engenharia, essas camadas são removidas. E aí nós temos que ouvir que isso é suscetível a colapso, a erosão e coisas desse tipo. Erosões planares ocorrem em qualquer lugar, em qualquer ambiente, em qualquer situação da superfície. Agora colapso é simplesmente falta de controle e falta de engenharia. Se nos ativermos a termos técnicos, a estudos técnicos que não sejam levantados sob o aspecto de falácias, nós vamos evoluir. A CSN se dispôs e está fazendo o que ninguém fez, está fazendo o rejeito total, aproveitando todos os espaços, não está denegrindo a sua reserva, não está penalizando o seu patrimônio, o seu ativo, assim como está respeitando, na íntegra, todos os direitos que ela tem e todas as técnicas que existem em engenharia hoje disponíveis. Vale salientar que o nosso corpo técnico é um corpo técnico bem treinado, entre mestres e doutores, assim como nós temos convênios com universidades brasileiras e universidades da Europa para ficar estudando, continuamente, sobre a situação de rejeito, seja ele por atrito, seja ele por cisalhamento, seja qual for a propriedade que existir e variáveis que venham a ocorrer. Portanto, consolidado aqui a minha confiança sob o aspecto desse projeto e resalto: a CSN é uma empresa que está em vanguarda sobre essa tecnologia e merece o voto de confiança dos senhores conselheiros para que isso seja aprovado. Muito obrigado a todos. E encerro minha fala.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Henrile. Eu gostaria agora de convidar o próximo inscrito, que me consta aqui, o Sr. Eduardo Sanches. Sr. Eduardo, serão concedidos inicialmente 5 minutos, de acordo com o nosso Regimento Interno, podendo ser prorrogados por mais 1 minuto por esta Presidência. Na iminente necessidade de tempo adicional, o senhor poderá requerer, e será colocado em deliberação aqui neste Conselho... Fique à vontade para fazer uso da sua fala.” Eduardo Sanches/CSN Mineração S/A: “Obrigado. Bom dia, presidente. Bom dia, conselheiros. A minha fala é conclusiva em relação aos meus companheiros de CSN. Esse projeto, é importante que se diga que ele ratifica o nosso posicionamento no nosso novo processo produtivo de não mais encaminhamento de rejeito para barragem, e, sim, filtragem 100% do nosso

rejeito. Um modelo que nós, nessa escala, fomos pioneiros aqui no Brasil, continuamos com esse processo. Então esse projeto é fundamental para continuidade desse processo e de manutenção da nossa produção. E, se nós olharmos de uma maneira holística – foi colocada muito a questão de particulados de poeira –, esse projeto é fundamental, é essencial para que possamos escoar o rejeito filtrado da nova planta de Itabirito da P15, já devidamente licenciada. Essa planta diminui, consideravelmente, a movimentação na mina, e isso vai trazer uma redução de emissão de particulados. Com todos os controles que nós temos, devidamente licenciados, dentro dos processos de licenciamento. Então é muito importante. O Fraile 3 e 4 traz esse processo. Todos os nossos processos de licenciamento de Fraile, essa área é fundamental para esse nosso processo. E uma outra questão também que foi colocada em relação à visibilidade dos nossos processos com a comunidade, nós temos um comitê com os líderes comunitários há mais de cinco anos. Eu lidero pessoalmente esse processo. A cada três meses, esses líderes, nós temos uma reunião dentro da CSN, precedida de uma visita de campo, aonde eles acompanham uma área, inclusive, identificada pelos próprios membros desse comitê. E vários membros da própria prefeitura, líderes da comunidade participam, colocam quais são as dúvidas das entidades que eles representam, e nós colocamos. Inclusive, todos os processos de licenciamento são discutidos, são apresentados, o benefício que eles estão trazendo, e as dúvidas que são colocadas nesse comitê são absorvidas e transportadas para os nossos projetos. Então nós temos uma relação bastante clara, bastante próxima da comunidade. E esses líderes, obviamente, têm que cumprir o papel deles de transportar, de levar todas essas informações para as entidades que eles presidem, que eles lideram. Então é fundamental esse processo que está sendo feito aqui de relacionamento. Inclusive, nós usamos a Casa de Apoio para estar fortalecendo, dando uma ajuda também para esses líderes, para estar atingindo demais membros da sociedade do entorno, através de informações do processo de licenciamento, de outras questões que interferem na vida das pessoas que moram no entorno. Então isso é importante para nós. Então era isso que eu queria estar colocando aqui para vocês. Encerrando aqui a minha fala. Muito obrigado.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Eduardo Sanchez. Eu gostaria agora, já que encerramos a etapa de manifestação por inscritos independentes e aqueles também que somente se necessário, convidar a equipe da Diretoria de Gestão Regional, caso queira fazer alguma manifestação em relação ao que foi trazido aqui pelos inscritos e também pelos conselheiros. Colega Mariana, fique à vontade.” Mariana Antunes Pimenta/FEAM: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros, novamente. Eu acredito que os únicos comentários foram feitos pelo Sr. Sandoval que carecem ainda de resposta, apesar de a empresa já ter feito as respostas. Eu gostaria de fazer algumas considerações que a equipe já colocou aqui. A primeira delas é que ele fala, o Sr. Sandoval coloca de presença de riscos geológicos, riscos hidrológicos que não são avaliados no Parecer Único. E é muito importante deixar claro aqui qual que é a competência do órgão licenciador. O órgão licenciador avalia impactos ambientais e não riscos ambientais. Isso são coisas absolutamente diferentes. E o órgão ambiental, no âmbito do licenciamento, não tem essa competência de avaliar eventuais riscos que possam acontecer das estruturas. Então ele coloca escorregamentos, danos que podem acontecer, que isso não foi avaliado no Parecer Único. Não foi, propositalmente, não por um descuido, porque isso não faz parte da nossa competência. O segundo comentário que ele coloca é sobre a piora da qualidade do ar de Congonhas. A equipe técnica entende, realmente, nós estamos cientes dos problemas que a cidade de Congonhas enfrenta em relação a poeira, emissão de particulados. E foi realizada uma ampla discussão a respeito desse tema no Parecer Único, não só nesse, como nos outros pareceres também do empreendimento. E foi solicitado, via informações complementares, para o empreendedor apresentar as medidas que possuem alta eficiência de minimização desse potencial. E ele apresentou essas medidas, como, por exemplo, aplicação de telas de nylon, revestimento de material argiloso, aspersão fixa. E tudo isso compõe ainda condicionantes do Parecer Único. Essas medidas foram consideradas satisfatórias pela equipe técnica, e, no entanto, foi estabelecido o monitoramento de qualidade do ar também contemplando nove pontos de monitoramento para verificação da eficácia dessas medidas mitigadoras. Eu espero que isso responda a pergunta do inscrito, e, caso os conselheiros tenham mais perguntas sobre esse aspecto da poeira, estamos à disposição. O terceiro aspecto que eu peguei que ele colocou foi somente relativo a uma questão processual. Realmente, o processo foi retirado de pauta num primeiro momento, no mês de março, por conta de um problema processual. No entanto, o problema foi saneado, e o processo retornou à pauta na reunião seguinte. Sobre o documento, o relatório encaminhado, do Fórum Permanente São Francisco, a equipe técnica se debruçou sobre esse documento e elaborou uma resposta, mas é uma resposta bastante grande, que vai ser protocolada depois SEI e disponibilizada para o Fórum. Logo, caso os conselheiros queiram acessar, esse documento será publicizado em breve. Acredito que seja isso, os tópicos que foram levantados, mas, caso algum conselheiro queira que a equipe técnica se aprofunde em algum dos temas, estamos aqui à disposição. Muito obrigada. Um bom dia.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Mariana. Eu gostaria de saber se mais algum colega da DGR gostaria de fazer uso da palavra.” Giovana Randazzo Baroni/FEAM: “Bom dia, senhor presidente. Eu vou fazer algumas complementações. Bom dia, conselheiros. Sobre a questão, realmente, da competência do órgão ambiental, muito bem falada pela minha colega Mariana, o órgão ambiental licenciador faz uma avaliação dos impactos ambientais, prevendo as medidas de controle, de mitigação, sendo que a avaliação desses riscos cabe aos órgãos específicos, com competência legal para isso, que fazem a fiscalização. Então muitas vezes é confundido aqui no âmbito do licenciamento. Um outro equívoco também é querer comparar as normas específicas de barragem, querer aplicar indistintamente para as pilhas, igual querendo estabelecer às vezes ZAS, enfim. E não cabe, até porque o material disposto, os rejeitos são diversos.

Conforme a portaria da ANA estabelece, tem as definições. E a regulamentação que temos de pilha, atualmente, de rejeito estéril está nas normas técnicas da ABNT, a 13.029, especificamente. Existem os órgãos com competência legal específica para fiscalizar esse tipo dessas atividades depois de licenciadas. Ressaltando também que a licença ambiental, como vem expresso no certificado de licença, não dispensa a obrigação do empreendedor em obter demais atos autorizativos perante os órgãos competentes específicos para cada caso. Então é sobre isso também. Sobre a questão também da publicidade, não há que se falar em nulidade, porque não estava público, até porque o princípio da publicidade é efetivado mesmo quando acontece a publicação oficial no 'Diário do Estado'. O que aconteceu também das reuniões aqui da CMI. É só isso, presidente. Muito obrigada." Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: "Nós tivemos um problema técnico. Só um minutinho, por favor." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Senhoras conselheiras, senhores conselheiros, nós tivemos um problema técnico com relação à nossa conexão. Eu vou contar com a contribuição dos senhores, com a compreensão dos senhores, e nós estaremos aqui providenciando o retorno. E assim que retornar nós daremos continuidade. É uma questão técnica, já estamos providenciando o retorno... Desculpa o inconveniente, nós perdemos a conexão, mas retornamos agora. Nós vamos retomar a nossa reunião. Quando nós caímos com a conexão, a colega Giovana estava fazendo a fala dela. Eu gostaria só de ter uma devolutiva se concluiu ou se vamos retomar a sua fala, Giovana. Por gentileza." Giovana Randazzo Baroni/FEAM: "Senhor presidente, eu concluí a fala, já estava finalizando a respeito das competências legislativas da pilha para disposição de rejeitos. Se ficou alguma dúvida, eu posso repetir, mas eu acho que deu para os conselheiros entenderem, escutarem até o final. Obrigada, presidente." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, então eu vou devolver a palavra às senhoras e aos senhores conselheiros, caso queiram fazer alguma fala, alguma complementação, caso tenham alguma dúvida ou necessidade de esclarecimentos. Fiquem à vontade, por gentileza. Conselheiro José Antônio, pois não." Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: "Eu só queria agradecer pelos esclarecimentos, inclusive, sobre o ponto de vista do escopo. Ficou muito claro o papel do licenciamento ambiental. Reforçar que eu não tenho a menor dúvida, assim como nas empresas onde eu trabalhei, que eu tive o privilégio de ter como colegas uma equipe de engenharia altamente qualificada, como eu entendo que também é o caso da CSN. Então a minha sugestão e a minha preocupação e o meu incentivo são no sentido da governança e compliance, proteção para todos aqueles que estão envolvidos, inclusive, os próprios engenheiros. E entendo que não será uma dificuldade o pedido ou a sugestão que fiz, até porque quando as coisas estão muito bem encaminhadas e muito bem sustentadas você obter uma validação daquilo que é muito sólido é muito fácil de ser feito. Então eu só queria fazer essa observação muito no sentido do compliance e da governança. E da minha confiança – reforço, como já tinha falado anteriormente – da capacitação da engenharia brasileira. Já participei, indiretamente, de grandes obras, como aqui foi mencionado, e alguns projetos de concessão também. Aqui foi mencionado o exemplo da ponte Rio-Niterói. Eu, particularmente, liderei o financiamento da ponte Rio-Niterói para o seu processo de concessão, inclusive da questão do vão central, que era uma questão especial, porque era metálico e tinha uma flecha de quase 1 m, que não tinha risco nenhum, mas era bastante desconfortável para o usuário. E que nesse caso, embora esse projeto de concessão tivesse quatro, cinco grandes empresas de engenharia como sócias do projeto, especificamente, nesse caso, foi contratada uma empresa separada, especializada na questão da estrutura metálica. Porque em algumas vezes a questão técnica da engenharia é muito específica, e não tem nenhuma empresa que consegue ser boa em tudo. Mas, enfim, para aquelas empresas que têm um grande corpo técnico e têm boa capacidade, eu acho que, na verdade, a minha sugestão, eu diria que é uma oportunidade para que essas empresas possam, em todos os aspectos, seja a partir da licença ambiental, que tem seu escopo definido. Mas em todos os outros aspectos. Inclusive, além do que nós estamos conversando aqui, de viabilização econômica e financeira do projeto. É só esse o comentário que eu gostaria de fazer, e agradeço mais uma vez." Presidente Fernando Baliani da Silva: "Obrigado, conselheiro José Antônio. Conselheiro João Hilário, pela Assemg, pediu também a palavra. Pois não, conselheiro." Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: "Aproveitando, inclusive, a oportunidade, eu queria fazer alguns comentários. Quando eu disse, Antônio, que eu concordava em quase tudo colocado por você no início, tem um ponto que eu gostaria de voltar a ele: é quanto à norma. Eu acho que a norma não há necessidade nesse caso. Como você reconhece, a nossa engenharia está num padrão muito bom. Como o colega Henrile – eu conheço já de longos tempos e conheço, inclusive, sua competência, capacidade e seriedade e de sua equipe – colocou, as próprias empresas, para casos de maiores proporções, já têm feito isso. Como ele mesmo confirmou, há convênios com universidades europeias. Com certeza, mesmo não tendo ficado claro, com apoio de consultoria internacional. E para esses casos acho que uma norma corre o risco de engessar mais a coisa. Nós já temos leis, normas, regulamentos demais nessa área. O que precisa realmente, Zé Antônio, é aplicar a engenharia de qualidade disponível no Estado. Porque nem sempre, nos casos anteriores, ela não foi devidamente utilizada, os especialistas competentes não foram ouvidos nos problemas anteriores. Quando isso é feito, que é o caso de Itabira, com suas dezenas de barragens, projetadas algumas delas ainda com régua de cálculo, e estão de pé, consistentes e com risco baixo, sem nenhum grande rompimento, que pode ocorrer, inclusive, nessa área. Todas as obras de engenharias e construções são feitas para resistir, mas ocorrem algumas rupturas em todas as áreas. Quedas de avião ocorrem, apesar de ser um dos transportes mais seguros do mundo. Mas, voltando ao foco, que é o empilhamento, a cada vez que ouvimos mais sobre esse projeto, sentimos a consciência com que ele é feito. Os testes que têm sido feitos já nos últimos cinco anos, a CSN se adiantou a isso, o que nos dá uma confiança para ser favorável à aprovação

para essa forma de empilhamento. Ainda sobre isso, uma questão, Henrile e equipe da CSN, que eu olhei no relatório e que tem sido perguntada em vários outros fóruns, é sobre como o projeto está considerando as mudanças climáticas, com possibilidade de aumento de chuvas mais intensas e mais longas, com as precipitações mais volumosas. Esse assunto, inclusive, tem sido discutido tanto aqui como em outros fóruns, mas eu gostaria de aproveitar a presença da equipe da CSN para falar um pouquinho sobre isso, inclusive, abordando com mais detalhes a drenagem feita, a forma de tratamento da drenagem, tanto durante a construção como após a finalização da pilha. Por a drenagem ser, realmente, estar se tornando um item cada vez mais importante. Então eu acho que seria uma oportunidade para ouvirmos um pouco mais sobre isso. Senhor presidente, então seria esse o meu questionamento. o meu pedido de mais detalhes.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, conselheiro João Hilário. Eu estou verificando, o nosso Regimento permite convidar à participação para poder agregar ao debate, dar maior segurança aos conselheiros na formação e convicção do seu voto. Eu vou solicitar aqui então que a empresa CSN já destaque um responsável técnico, se for possível neste momento, para que possa usar de um tempo que eu vou estabelecer aqui para que possa fazer a fala e trazer esclarecimentos com relação a essa temática. Mas, antes de franquear a palavra à CSN, eu vou questionar se as senhoras e os senhores conselheiros têm mais algum ponto que entendam ser necessário explorar aqui mais um pouco junto com os representantes técnicos do empreendimento e também da nossa equipe da Diretoria de Gestão Regional. Mais alguma manifestação, mais algum assunto que entendam necessário? Então, não havendo, avocando aqui o artigo 46 do nosso Regimento Interno, eu vou convidar aqui. Eu acredito que seja o Sr. Henrile que fará a fala pela CSN. Eu vou concedê-lo, Sr. Henrile, 5 minutos para que o senhor possa adentrar. Eu sei que, dentro de uma discussão extremamente técnica, seja um tempo talvez curto, mas, em observância também ao nosso Regimento e ao tempo e à necessidade de sermos aqui bem objetivos em nossas falas, eu vou estabelecer esse tempo de 5 minutos para que o senhor possa trazer aqui um esclarecimento em relação à temática de drenagem, conforme o nobre conselheiro João Hilário levantou aqui como relevante para a discussão. Fique à vontade. Eu vou estartar aqui a contagem do nosso tempo.” Henrile Pinheiro Meireles/CSN Mineração S/A: “João, obrigado pela pergunta. Eu tenho o prazer de fazer o melhor esclarecimento possível. Com relação às nossas estruturas, todas elas hoje trabalham com PMP, então todos os cálculos hoje que fazemos, são já voltados com a política da Agência Nacional, que coloca ou PMP ou decamilenar. Nós colocamos o pior caso, que é o que preconiza a Resolução. Então para as pilhas nós também estamos trabalhando com o mesmo sistema. Toda a drenagem de berma tem uma inclinação final em torno de 0,5% ao longo das bermas, com caixas de distribuição e quedas d’água ao longo de um trecho que tenha o fluxo suficiente para evacuação da água sem erosão. Para os períodos de construção, nós fazemos, dentro do sistema, Sumps que vão comportar a erosão planar, para que não haja um carreamento de material exógeno ao sistema, e evitar qualquer aporte nos córregos que estão no entorno. E todo o cálculo é feito, a parte de hidrologia, toda essa preocupação nós temos. Estamos em processo de elevação ainda, porque ainda temos que contornar a topografia e fazer com que essa topografia seja plainada, e depois, propriamente dita, a pilha ser construída em grandes platôs. Mas a relevância da drenagem é primordial, assim como o nível de compactação. E nós já passamos por alguns processos erosivos internos e temos uma demonstração muito grande, bem notada, com relação à preservação de camadas. Você consegue observar muito bem os extratos de camada a camada que foram feitas durante a construção. Então não tivemos ainda nenhuma intercorrência de erosões, mesmo em 22, que foram chuvas, no 8 de janeiro, extremamente consideráveis, e não teve nenhuma implicação que viesse a prejudicar as operações ou o meio ambiente, assim como tivemos nas encostas, em todo lugar em Minas Gerais. Mas a pilha não foi afetada sob esse aspecto, e a própria natureza foi afetada, mas as nossas pilhas não tiveram esse sobressalto com relação às chuvas. E estamos trabalhando no contexto de PMP. Como falamos, temos esmerado ao extremo o controle. É uma situação onde temos um custo hoje 16 vezes maior do que se praticava originalmente. É um dos maiores. Esse custo, para vocês terem uma ideia, é tal qual ou senão um pouco mais do que o custo que nós temos na operação de mina, mas nós estamos fazendo com que essa construção não seja de forma nenhuma abalada ou qualquer coisa do tipo, para que seja preservado o nosso objeto de ter uma estrutura estável e bem conservada.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado pela manifestação. Só a título de esclarecimento, não sei se todos conhecem a sigla que o senhor utilizou, PMP, se pudesse somente usar o tempo...” Henrile Pinheiro Meireles/CSN Mineração S/A: “Precipitação Máxima Provável.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Perfeito. Obrigado, Sr. Henrile, pelo esclarecimento. Eu tomei essa liberdade de pedir a definição dessa sigla considerando que eu não a conhecia e também não sei se aqueles que participam conosco no YouTube também poderiam não conhecê-la, e acho importante ter esse discernimento. Devolvendo a palavra às senhoras conselheiras, aos senhores conselheiros. Gostariam de manifestar mais algum item, trazer mais algum assunto para discussão. Não vejo mais manifestações, então vamos aqui recapitular o que se procedeu no item 6.1. No item 6.1 nós tivemos, então, retorno de vistas, tivemos aqui o relato por parte dos conselheiros que solicitaram vistas; nós tivemos também aqui oito manifestações de inscritos independentes pela sociedade civil, em que nós tivemos também questionamentos, inclusive com relação a iminente vício no que se refere ao princípio da publicidade; isso foi muito bem esclarecido e compartilhado aqui à tela, demonstrando que não houve esse vício, esse prejuízo, ao contrário, foi seguido o que se determina no Regimento Interno e disponibilizados as informações e documentos dentro do prazo regimental. E que houve, sim, conforme mencionado aqui, uma mera instabilidade no sítio eletrônico, mas somente na data de hoje, e não houve prejuízo ao que se refere a princípio da publicidade dos documentos e informações. Nós tivemos também questionamentos de ordem técnica, direcionados

aos colegas da Diretoria de Gestão Regional, que fizeram aqui as suas ponderações, colocações e esclarecimentos. Tivemos também aqui questionamento por parte dos senhores conselheiros, em que nós tivemos aqui a manifestação dos inscritos, inicialmente, se necessário. Entendendo necessário, usaram da palavra para poder trazer as informações e conhecimento técnico necessário para que se somasse ao parecer da Diretoria de Gestão Regional e, de alguma forma, exaurir as dúvidas e os questionamentos que foram aqui aportados. Houve uma solicitação de baixa em diligência em função de possível ferimento à questão de publicidade, e nós informamos que não houve. Portanto, a solicitação foi negada por esta Presidência naquilo que lhe compete. De forma que, após esgotar aqui o item 6.1, com as manifestações da sociedade civil, dúvidas e questionamentos e as devidas respostas e informações prestadas, seja pela equipe da Diretoria de Gestão Regional, seja pelos responsáveis técnicos do empreendimento, eu entendo que há ambiente aqui para que possamos colocar em deliberação o item 6.1. No entanto, só para confirmar, eu vou questionar mais uma vez aqui se há mais questionamentos por parte dos conselheiros com relação ao item 6.1, antes de colocarmos em deliberação. Peço que manifestem se houver alguma necessidade de esclarecimento ou alguma dúvida que ainda reste sobre o tema. Não havendo manifestações, então eu convido a colocarmos em deliberação o item 6.1, CSN Mineração S/A. Lembrando que os conselheiros devem manifestar o seu voto com a câmara habilitada e sempre referenciando a entidade que representam. **Processo de votação.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta e ANM. Abstenção: Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **Justificativa de abstenção. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder:** “Eu vou me abster, pelos motivos que eu já apresentei.” **Manifestação da Presidência. Presidente Fernando Baliani da Silva:** “Obrigado, conselheiro. Então, item aprovado, com nove votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum impedimento, uma abstenção, pela Dom Helder Câmara; e duas ausências, pela Codemig e pelo IHMBio.” **6.2) ITB Comércio de Areias Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Alvinópolis/MG. PA/SLA/Nº 2208/2023. ANM: 831.914/2018. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação URA LM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Mineração Porto Nacional Ltda. Extração de rocha para produção de britas. Unai/MG. PA/SLA/Nº 357/2024. ANM: 830.827/2018. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Alto da Boa Vista Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Aparentamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento pegmatitos, gemas e minerais não metálicos. Papagaios/MG. PA/SLA/Nº 4511/2022. ANM: 831.050/1990. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Pedreira Verde Grande Ltda. Extração de rocha para produção de britas; Pilhas de rejeito/estéril; Unidade de tratamento de minerais (UTM) com tratamento a seco; Postos revendedores e postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Jaíba/MG. PA/Nº 11665/2009/002/2016. ANMs: 831.469/2009 e 830.859/2016. SEI/Nº 1370.01.0022756/2021- 62. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. 3º, alínea b). Apresentação: URA NM.** Adendo aprovado por unanimidade nos termos do Parecer único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, ANM e Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. **10) ASSUNTOS GERAIS. Presidente Fernando Baliani da Silva:** “Dando continuidade à nossa pauta, item 10, Assuntos Gerais. Nós temos um inscrito. Sr. Sandoval, peço a gentileza de habilitar a sua câmara para que o senhor possa fazer sua manifestação. Sr. Sandoval, estamos te ouvindo bem. Será concedido um tempo inicial de 5 minutos para que o senhor possa fazer uso da sua palavra. Nós vamos começar agora. Fique à vontade para usá-la.” **Sandoval de Souza Pinto Filho:** “Senhor presidente, senhores conselheiros, eu retorno a um tema ao qual me referi em ‘Assuntos gerais’ da reunião passada, que é a demanda que nós já fizemos, há mais ou menos um ano e pouco, um ano e meio, mais ou menos, a este Conselho, para que o engenheiro Hérzio Bottrel Mansur, seja aberto um ponto de pauta para ele falar a este Conselho sobre o transporte de minério de ferro na rodovia BR-040, que vem matando, matando, matando. Eu repeti na reunião passada, falo três vezes, porque, como está no Talmude, ‘quem salva uma vida salva o mundo’, e a BR-040 hoje é um verdadeiro crime de uso de um bem público para transporte intenso de minério de ferro. Nós temos também no Fórum Permanente São Francisco uma nota técnica de nº 03, que já foi enviada a este Conselho e vai ser enviada novamente, que trata sobre a questão do licenciamento das minas, das ampliações, de diversas atividades da área de mineração, e o licenciamento estar praticamente ignorando a situação de transporte, a situação socioambiental de transporte. É ambiental também, porque nossos carros aqui vivem cheio de lamas, a rodovia não comporta, a rodovia está toda destruída, está em processo de relicitação. Então, senhor presidente, eu não vou usar o tempo todo, eu só queria pedir uma nova

manifestação deste órgão a respeito da possibilidade do agendamento dessa fala, dessa abertura de ponto de pauta na reunião da CMI/COPAM, para o comparecimento do engenheiro Hérzio Bottrel Mansur, que já fez esse relatório, já apresentou para o Crea, para o Confea, o Ministério Público Estadual, Federal, todos os órgãos; Ministério dos Transportes e todas as entidades e órgãos que lidam com essa situação catastrófica que persiste na BR-040. E, pior que tudo, agrava. Agora vem o novo período chuvoso, com a questão dos eventos climáticos, do agravamento da crise climática. Então nós tivemos um rompimento de pilha em 2022, início de 2022, que inundou a BR-040, que ficou fechada por dois, três dias; da Vallourec, em frente ao Alphaville, KM 563, se não me engano. Então está o pedido aí, presidente. Eu gostaria que o senhor consultasse a equipe e nos desse um retorno, se possível, durante esta reunião. Senão, depois, a Sabrina entra em contato. E eu agradeço pelo atendimento cortês da equipe de assessoria, que sempre nos atendeu muito bem. Embora tenhamos algumas situações do processo anterior, que vamos solicitar, mas não é o caso agora de tratar essa matéria, mas a publicidade do processo anterior, nós vamos fazer uma solicitação específica sobre ela. Muito obrigado a todos.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Sr. Sandoval, eu vou pedir se o senhor puder só comparecer um minuto. Tempos atrás, eu fiquei como ponto focal para atender o Sr. Hérzio, eu fiz uma reunião pessoal aqui com ele, tomei conhecimento do relatório que ele produziu, e diligenciamos algumas ações internas aqui dentro do órgão ambiental. E depois ainda mantive contato com o Sr. Hérzio, e ele me informou de algumas diligências em outros órgãos também, como Ministério Público, ANM, entre outros órgãos que são afetos à temática. E pelo que eu acompanho nas atividades que ele vem executando tem havido alguns avanços junto com o Crea também, entre outros órgãos. Eu vou propor aqui retomar o contato com o Sr. Hérzio, na minha pessoa, e entender qual a melhor forma de trazer e atender ao pleito que o senhor faz aqui perante este Conselho. Podemos combinar dessa forma?” Sandoval de Souza Pinto Filho: “Perfeito, senhor presidente. Muito obrigado. Era exatamente isso que nós esperávamos.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Perfeito. Então, Sr. Sandoval, eu assumo esse compromisso, e muito em breve nós daremos um retorno pela nossa equipe de apoio aqui ao seu conhecimento e provavelmente traremos algo aqui a este Conselho também para apresentá-los.” **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Fernando Baliani da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão

Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 28/06/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91403215** e o código CRC **F920556F**.

Referência: Processo nº 1370.01.0019281/2024-79

SEI nº 91403215